

INTRODUÇÃO

POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Anita Helena Schlesener*

A Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, do Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, apresenta uma nova publicação resultante de pesquisas realizadas em 2007 e de disciplinas ministradas no Mestrado de Educação, que resultaram na produção de aderência dos trabalhos dos mestrandos aos estudos de seus orientadores. Temos a satisfação de publicar também trabalhos de professores que comungam do nosso objetivo central, que é investigar e refletir sobre os problemas da educação contemporânea. A Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação tem desenvolvido esforços para precisar seu objeto, que atualmente se desdobra em quatro elementos básicos: gestão, políticas públicas, avaliação e planejamento.

O tema da presente publicação é Política e educação: perspectivas e desafios e faz parte da Série Caderno de Pesquisa, sendo o número quatro na ordem de publicação. Trata-se de uma temática abrangente, porém atual e necessária para a reflexão pedagógica: compreender a dimensão política da educação permite renovar a prática redefinindo o próprio conceito de educação, entendido tanto como formação humana quanto como um processo cotidiano que prepara o indivíduo para se adaptar às condições e exigências do processo social. A política é entendida tanto na sua dimensão ampla fundada na divisão social do trabalho, gerador das desigualdades sociais ante as quais devemos cotidianamente tomar posição, quanto na dimensão prática assumida pela intencionalidade das políticas públicas, redimensionadas no momento de sua aplicação pelos interesses sociais que se confrontam. Explicitar a noção de educação nas

* Professora do PPG-ED – Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Professora Adjunto da UFPR (aposentada).

diversas abordagens teóricas possíveis supõe entender a estrutura econômica, social e política na qual se está inserido e no contexto da qual o sistema educacional cumpre uma determinada função.

Pressupondo, portanto, a dimensão política da educação, abre-se aqui a discussão de problemas abrangentes como a formação da faculdade mimética em seus aspectos éticos, sociais e culturais com desdobramentos na prática educativa; reflete-se sobre a modernização e a reforma do Estado brasileiro; questionam-se políticas públicas nacionais e internacionais à medida que estas influenciam nossas políticas, como as medidas do Banco Mundial e a política educacional brasileira, as políticas que ampliam para nove anos a formação no Ensino Fundamental, as que se referem ao projeto de unificação do ensino superior propostas pela Comunidade Européia no Processo de Bolonha e seu significado para o ensino de línguas, as que visam à inserção do ensino da filosofia no ensino médio brasileiro, até aquelas que historicamente determinaram a formação do ensino superior brasileiro.

No momento em que o neoliberalismo atinge a fase de consolidação, é preciso perguntar a quem servem as políticas públicas e continuar a busca de estratégias de ampliação dos direitos e de superação das desigualdades sociais. Os sistemas educacionais visam a adaptar o indivíduo às necessidades e exigências do modelo social instituído. Cabe ao educador ampliar as visões de mundo e criar as condições de um pensamento autônomo e crítico, única forma de as classes destituídas firmarem-se como sujeitos autônomos.

A ordem dos capítulos seguiu, em linhas gerais, os seguintes critérios: inicialmente foram reunidos os capítulos voltados à fundamentação teórica da educação ou aos estudos monográficos; depois, foram apresentados os trabalhos dirigidos à análise de políticas públicas; em seguida, os artigos que fazem abordagens históricas para a compreensão da formação das políticas públicas para o ensino no país e no estado do Paraná. A amplitude do tema gerou a possibilidade de abordagens diversas, o que, em nosso entender,

enriquece o debate. Cabe acentuar que os escritos dos Professores da UTP resultam de suas pesquisas registradas na Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

O primeiro trabalho foi escrito pela Professora Tais Moura Tavares (UFPR) e se intitula Educação, tecnocracia e clientelismo no estado brasileiro: o exemplo dos distritos escolares no sistema de ensino do Paraná. A partir de uma reflexão sobre a modernização capitalista e a reforma do Estado no Brasil na década de 1990, que indica a prevalência de características da gestão empresarial na concepção do público, com desdobramentos nas políticas educacionais. A autora acentua aspectos autoritários da política, gerados por uma estrutura de poder na qual a modernização capitalista combina-se a formas econômicas e políticas mais arcaicas, combinação que instaura a crise de um Estado provedor, que cumpre a função de prover as condições políticas e infra-estruturais necessárias ao desenvolvimento econômico. Tal situação permitiu a permanência de formas de clientelismo e a existência de contradições históricas ainda não superadas. A tecnocracia e os conflitos de poder encontram expressão nas políticas públicas educacionais.

O segundo trabalho apresentado é da Professora Naura Syria Carapeto Ferreira (UTP), intitulado: Políticas de formação: individualismo ou solidariedade? O artigo analisa o individualismo, um dos conceitos fundamentais da sociedade moderna, para explicitar as contradições que se instituíram a partir da concentração no individual e as condições sociais, que exigiriam a vivência da solidariedade como caminho de superação dessas contradições. Recorda o percurso de formação do liberalismo a partir de dos séculos XV e XVI, bem como suas raízes teóricas. Aprofunda a noção de homem enquanto formado para a valorização da matéria, fundado no egoísmo individualista e suas conseqüência para a vida social. Finalmente, aborda a questão do individualismo na contemporaneidade, acentuando a necessidade de uma formação humana solidária, que supere o individualismo.

Na seqüência, o trabalho do Professor Sidney Reinaldo da Silva (UTP), com o título: Mimesis e Educação em Chistophe

Wulf, uma discussão sobre as possibilidades de abordagem do outro na formação humana. Trata-se de focalizar, na abordagem mimética, as possibilidades interculturais do processo formativo, estudo que levou Wulf a propor uma Antropologia da Educação na qual mostra as possibilidades da faculdade mimética concebida como um processo de constituição intersubjetiva do "eu" nas práticas sociais. A abordagem da antropologia feita por Wulf articula dimensões filosóficas, culturais e históricas, fator que enriquece a discussão sobre o processo educativo. O teor filosófico de sua obra mostra-se, sobretudo, no diálogo mantido com a história da filosofia, em especial Platão, Aristóteles, Rousseau, Schleiermacher, Adorno e Levinas e, destacando-se de todos, Walter Benjamin. A abordagem da mimesis serve ao autor como motivo para refletir sobre a ética, as formas de reconhecimento e de negação do outro e o modo como isso ocorre na educação. A mimesis é apresentada não como mera imitação, mas como relação criativa entre sujeitos que interagem e estabelecem entre si uma relação em que prevalece o respeito à diferença.

O quarto capítulo apresenta o trabalho do Professor Pedro Leão da Costa Neto (UTP), tendo como título: A concepção de política e de educação na formação do pensamento de Karl Korsch: a influência dos socialistas fabianos. O objetivo do artigo é identificar a importância que o jovem Korsch (1912-1922) atribuía a educação no processo de emancipação política, salientando a influência do socialismo Fabiano, que transparece na defesa de um processo gradual de transição, com ampliação do direito à cidadania, mudanças graduais na economia com o fortalecimento do Estado. O autor analisa as ações políticas e intelectuais de Korsch no sentido de mostrar a importância que Korsch dava à educação para a criação de condições que favoreçam a luta pela realização do socialismo.

Segue-se um bloco de capítulos que abordam vários aspectos de políticas públicas, com uma discussão apresentada pela Professora Lílian Anna Wachowicz (PUCPR) com o ensaio intitulado

(In) Competência Democrática, apresentado em maio de 2007, ao Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEEPR) e em palestras no interior do Paraná. O texto aborda o significado político da alteração de quatro Artigos da Lei nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ampliando a escolaridade obrigatória no Brasil (Artigos 6º, 30, 32 e 87). Esclarecendo o processo de normatização da legislação federal no Estado do Paraná, a autora analisa as interpretações da lei que geraram alterações na sua aplicação prática, restringindo o conteúdo inicial, que visava a ampliação dos direitos à escolaridade, a isonomia de direitos a todos os brasileiros e a renovação dos conteúdos pedagógicos do Ensino Fundamental. A segunda parte do texto apresenta o resultado de uma pesquisa de campo realizada em três cidades do Estado, com amostragem de professores, que responderam a duas perguntas analisadas pela autora.

O artigo seguinte elaborado pela Professora Ana Paula Schlesener (UFPR), apresenta o tema: O Processo de Bolonha e o ensino de línguas para estrangeiros. A internacionalização da economia ampliou as condições de mobilidade das populações e gerou novas exigências de conhecimento, tanto para se integrar ao processo produtivo quanto para conviver com novas culturas e modos de comportamento. A partir dos objetivos da globalização econômica e política, encaminha-se a unidade do sistema de Ensino superior Europeu, a fim de abrir novas perspectivas de formação universitária para o trabalho que contemplem a competitividade e possibilitem a mobilidade social. A política oficial procura garantir as identidades culturais específicas com a valorização do ensino de línguas, fato que serve para colocar em discussão a questão do ensino do italiano dirigido aos brasileiros. O processo de unificação do ensino superior já tem uma história de uma década, reúne atualmente 45 países e pretende completar o processo em 2010. O documento que normatiza o ensino e aprendizagem da língua é o resultado de um estudo iniciado pelo Conselho da Europa, em 1971, difundido em toda a

Europa desde 2001. A análise do documento visa à proposição de um material didático específico para brasileiros, que precisa considerar as questões referentes à estrutura gramatical e à construção histórica da língua a ser ensinada, bem como entender o processo de ensino e aprendizagem como interação social e comunicativa.

O sétimo capítulo, da autoria do Professor Marcos Vinicius Pansardi (UTP), intitula-se: Revolução passiva e educação: uma leitura política sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil. O objetivo deste trabalho é fazer uma interpretação da atuação do BM na educação brasileira através dos conceitos gramscianos, particularmente os conceitos de sociedade civil, hegemonia e revolução passiva. Esta leitura compreende o Banco Mundial como uma instituição da chamada sociedade civil internacional, que antes de ser compreendida como um órgão de financiamento de programas sociais ou de assessoria técnica, deve ser compreendido a partir de seu lado especificamente político como uma instituição produtora de ideologias, de idéias, tendo papel fundamental na reconstrução da hegemonia americana no mundo pós-guerra fria. Sendo o conceito de revolução passiva o correspondente para os países da periferia ao conceito de hegemonia para os países do centro, o artigo analisa as políticas do Banco Mundial a partir deste duplo enfoque da reconstrução da hegemonia americana na América Latina, através da ampliação do seu Estado internacionalizado e seus aparelhos privados de hegemonia internacional. Depois das reformas estruturais, a nova política se dirige à reforma das instituições, dos valores e visões políticas, orientação que permite a construção de pontes com a esquerda, outrora grande crítica às políticas do Banco, agora transformada no seu aliado preferencial, caso típico de transformismo na visão gramsciana. A retomada da democracia no continente recolocou o perigo da volta de governos de esquerda ou populistas-nacionalistas com potencial para afrontar o poder americano. Sua incorporação do discurso esquerdista, de crítica às elites, ao estado burocrático e sua defesa dos pobres e dos excluídos se alinha com a visão de modernidade desta esquerda em busca de um novo horizonte.

O capítulo seguinte intitula-se Filosofia, ensino e resistência: construindo um espaço para filosofia no currículo do ensino médio da escola pública paranaense, escrito pelos professores: Geraldo Balduino Horn (UFPR) e Ademir Aparecido Pinhelli Mendes (SEED), são analisadas as Propostas Curriculares de Filosofia no Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O estudo inicia pelo processo de construção da Proposta Curricular de Filosofia de 1994, examina as conseqüências das políticas curriculares neoliberais para o ensino de Filosofia, seguido pela construção coletiva das Diretrizes Curriculares de Filosofia para Educação Básica, que culminou com a publicação do documento em 2007. Situa historicamente a trajetória e destaca o embate político e a contínua e sistemática discussão ocorrida nos últimos anos acerca da inclusão da Filosofia na matriz curricular do Ensino Médio das escolas da rede pública de ensino no Paraná. Aponta referências históricas a respeito da construção das propostas curriculares de 1994 e de 2007, e comenta sobre os principais movimentos que ocorreram no Estado do Paraná a favor da inclusão da Filosofia na matriz curricular do Ensino Médio. Analisa a organização e as proposições do documento das Diretrizes Curriculares de Filosofia para a Educação Básica e suas principais contribuições voltadas ao ensino de Filosofia no Ensino Médio e à produção do Livro Didático Público de Filosofia, a fim de instituir um espaço próprio para a disciplina no currículo.

Na seqüência, o trabalho intitulado A Lei Federal n. 10 639/03 e seus impactos na escola: mais uma lei que “não pegou”? foi escrito pelo Professor Ademir Valdir dos Santos (UTP). O autor aborda a questão da aplicabilidade da legislação educacional sobre a discriminação racial e suas condições práticas, acentuando a responsabilidade da escola no processo de integração. Esse processo desvela qual o Brasil que temos, como a diversidade cultural aflora no momento da discussão da integração racial.

O trabalho seguinte foi escrito pela Professora Evelcy Monteiro Machado (UTP) Com o título: Organização do Ensino Superior no Brasil:

influências determinantes, discute o ensino superior no Brasil. O texto analisa o processo de implantação da Educação Superior Pública a partir da Reforma Francisco Campos, ocorrida em 1931 indo até o século XX, com o surgimento das primeiras Universidades. Neste estudo, são examinadas as influências teóricas, as políticas públicas e as interpretações de estudiosos do assunto.

Na seqüência, temos o trabalho da Professora Maria Ignez Mancini De Boni (UTP) intitulado: Erasmo Pilotto e as Escolas Normais Regionais no Paraná. Erasmo Pilotto foi Secretário de Educação do governo de Moisés Lupion, figura impar de educador cujas propostas o aproximavam da utopia. Para sanar os problemas educacionais paranaenses, procurou não somente construir e interiorizar os grupos escolares, mas, em especial, suprir a falta de professores no interior, com a proposta da criação de Escolas Normais Regionais. A autora se propõe discutir um de seus textos, resultado de sua atuação enquanto gestor de políticas educacionais de seu tempo, especificamente o relato da experiência da formação de professores para a escola primária. A perspectiva de análise se baseia no que Michel Foucault expõe sobre os discursos educacionais, ou seja, como aqueles que estão na origem de novos atos e palavras, ditos para permanecer ditos e ainda por dizer.

Finalmente, o trabalho da professora Helena Isabel Mueller (UTP) intitula-se Mais uma vez convocados: intelectuais e políticas educacionais. Trata-se de um estudo sobre a participação e a responsabilidade dos intelectuais no processo de construção das políticas educacionais. Tal atuação se vincula a projetos políticos de Estado e de nação que visam a manter o controle e o poder sobre parcelas da população. A autora faz uma abordagem histórica, a partir da década de 30, para evidenciar a importância do trabalho de intelectuais iminentes na história brasileira.

Este caderno evidencia parte das pesquisas desenvolvidas pela linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação do Programa de

Mestrado da Universidade Tuiuti do Paraná que, na sua diversidade, encontra pontos de articulação que enriquecem a pesquisa à medida que abrem a possibilidade de um debate frutífero.

Agradecemos a contribuição dos professores da Universidade Federal do Paraná: Taís Moura Tavares, Ana Paula Schlesener, Geraldo Balduino Horn e o professor Ademir Aparecido Pinhelli Mendes, atualmente na Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Nossos agradecimentos também são dirigidos à Professora Lílian Anna Wachowicz, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela sua participação. São trabalhos que enriquecem nossa publicação, contribuindo imensamente para o debate em torno da Gestão da Educação e das Políticas Públicas.